



**ACORDO DE COOPERAÇÃO  
ENTRE  
UNIVERSIDAD DE CANTABRIA  
E  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARÍA**

Ambas Instituições acordam em formalizar o presente Acordo de Cooperação com a finalidade de promover os benefícios educativos que cada instituição possa obter da outra.

Deste modo, cada instituição reconhece a alta qualidade de ensino e a pesquisa realizada na instituição conveniada.

**ACORDO DE COOPERAÇÃO**

Com a finalidade de promover a cooperação entre a Universidad de Cantabria e a Universidade Federal de Santa María, «as partes» acordam o seguinte:

1. As partes favorecerão o contato direto e a cooperação entre professores e pessoal administrativo, áreas de estudo, e outras unidades.
2. As partes propõem, em áreas de estudo mutuamente aceitáveis, realizar as seguintes formas de cooperação:
  - a. Visitas de estudantes por intercâmbio para realizar estudos ou pesquisas.
  - b. Visitas de Pessoal Docente ou Pesquisador por intercâmbio.
  - c. Intercâmbio de informação, incluindo mas não limitado a intercâmbio de materiais de biblioteca e publicações de pesquisa.
  - d. Atividades conjuntas de pesquisa.
  - e. Participação conjunta em projetos financiados internacionalmente.

**ACUERDO DE COOPERACION  
ENTRE  
UNIVERSIDAD DE CANTABRIA  
Y  
UNIVERSIDAD FEDERAL DE SANTA MARIA**

Ambas instituciones acuerdan concluir el presente Acuerdo de Cooperación a fin de promover los beneficios educativos que cada institución pueda obtener de la otra.

De este modo, cada institución reconoce la alta calidad de la enseñanza y la investigación realizada en la Institución asociada.

**ACUERDO DE COOPERACION**

Con el fin de promover la cooperación entre la Universidad de Cantabria y la Universidad Federal De Santa María, «las partes» acuerdan lo siguiente:

1. Las partes favorecerán el contacto directo y la cooperación entre profesores y personal administrativo, áreas de estudio, y otras unidades.
2. Las partes se proponen, en áreas de estudio mutuamente aceptables, llevar a cabo las siguientes formas de cooperación:
  - a. Visitas de estudiantes en intercambio para realizar estudios o investigaciones.
  - b. Visitas de Personal Docente o Investigador en Intercambio.
  - c. Intercambio de información, incluyendo pero no limitado a, intercambiar material de biblioteca y publicaciones de investigación.
  - d. Actividades conjuntas de investigación.
  - e. Participación conjunta en proyectos financiados internacionalmente.







f. Desenvolvimento e realização conjunta de cursos.

g. Participação em seminários e reuniões acadêmicas de pessoal.

3. Ambas as partes reconhecem e entendem que todas as disposições financeiras, se existir, serão objeto de negociação e serão acordadas previamente por escrito, do mesmo modo que qualquer acordo estará sujeito a disponibilidade de fundos.

4. As pessoas relacionadas com este Convênio ficarão submetidas às normas vigentes das universidades, onde serão desenvolvidas as atividades.

A seleção de pessoas para traslado, por qualquer conceito, de uma a outra universidade serão realizadas segundo as normas da universidade de origem, e contando com a aceitação formal da universidade de destino.

5. No que refere-se a formas particulares de cooperação, este Acordo poderá incluir, ocasionalmente, documentos anexos referentes a projetos específicos.

6. Este Acordo será considerado extinto no caso de inativo durante quatro anos a partir da data da assinatura de ambas partes, ou quando as assinaturas não tenham sido simultâneas, a datada última. Em caso de seguir ativo, permanecerá em vigor por quatro anos a partir de sua assinatura e as partes poderão acordar em sua revisão a fim de ampliar seu período de vigência.

7. Aos efeitos do presente Acordo de Cooperação, se entenderá como "ativo" quando se efetue atividade substancial em ao menos uma das formas de cooperação descritas na cláusula 2 deste convenio.

8. Este acordo de cooperação poderá ser denunciado por mútuo acordo e por escrito a qualquer momento e por iniciativa de uma das partes ou em qualquer caso, por meio de um



f. Desarrollo e impartición conjunta de cursos.

g. Participación en seminarios y reuniones académicas de personal.

3. Ambas partes reconocen y entienden que todas las disposiciones financieras, si las hubiere, serán objeto de negociación y se acordarán previamente por escrito, del mismo modo que cualquier acuerdo estará sujeto a la disponibilidad de fondos.

4. Las personas relacionadas con este Convenio quedarán sometidas a las normas vigentes de las universidades donde se desenvuelven sus actividades.

La selección de personas para trasladarse, por cualquier concepto, de una a otra universidad se realizará según las normas de la universidad de origen, y contando con la aceptación formal de la universidad de destino.

5. En lo referente a formas particulares de cooperación, este Acuerdo podrá incluir, ocasionalmente, documentos anexos referentes a proyectos específicos.

6. Este Acuerdo se considerará extinguido en el caso de que se mantuviera inactivo durante cuatro años a partir de la fecha de la firma de ambas partes, o cuando las firmas no hubieran sido simultâneas, a la fecha de la última. En caso de que siguiera activo, permanecería en vigor durante cuatro años a partir de su firma, pudiendo las partes acordar su revisión para ampliar su plazo de vigencia.

7. A los efectos del presente Acuerdo de Cooperación, se entenderá como "activo" una actividad substancial en al menos una de las formas de cooperación descritas en la cláusula 2 de este convenio.

8. Este Acuerdo de cooperación podrá ser denunciado de mutuo acuerdo y por escrito en cualquier momento o en cualquier caso, a iniciativa de una de las

33





pré-aviso de doze meses de antecedência notificado por escrito por qualquer uma das partes à instituição conveniada expressando ou não um motivo justificado.

partes por medio de un preaviso escrito con doce meses de antelación a la Institución asociada expresando o no un motivo justificado.

9. Qualquer impedimento deste Acordo de Cooperação, em virtude da cláusula 8, não prejudicará a nenhuma atividade em vias de realização na data anunciada de término do contrato, empreendida por um estudante ou membro do pessoal, em virtude da cláusula 2. O objetivo é que esta atividade possa chegar a sua conclusão natural ou prevista.

9. Cualquier terminación de este Acuerdo de Cooperación en virtud de la cláusula 8 no perjudicará a ninguna actividad en vías de realización en la fecha anunciada de terminación de contrato, emprendida por un estudiante o miembro del personal en virtud de la cláusula 2. El objetivo es que esta actividad del individuo pueda llegar a su conclusión natural o prevista.

10. As partes reconhecem que cada instituição é sujeita às Leis de Privacidade e Proteção de Informação Pessoal de seu país e que ambas cumprirão com estas disposições da lei com respeito a qualquer de seus estudantes, pessoal ou pesquisadores implicados neste acordo de cooperação.

10. Las partes reconocen que cada una de ellas es una institución sujeta a las Leyes de Privacidad y Protección de la Información Personal de su país y que las partes cumplirán con estas disposiciones de la ley con respecto a cualquiera de sus estudiantes, personal o investigadores implicados en este acuerdo de cooperación.

11. Nenhuma das partes terá o direito a utilizar o nome ou o logotipo da outra parte, sem que esta parte outorgue prévia aprovação por escrito, e que seja cumprida todas as condições associadas ao consentimento.

11. Ninguna de las partes tendrá derecho a utilizar el nombre o el logotipo de la otra parte sin que dicha parte otorgue la previa aprobación por escrito, y que se cumplan todas las condiciones asociadas a dicho consentimiento.

12. As partes concordam que este acordo não cria e nem prova uma relação de empregador e empregado, associação, empresa conjunta ou agência.

12. Las partes acuerdan que este acuerdo no crea ni prueba una relación entre ellas de empleador y empleado, asociación, empresa conjunta o agencia.

13. As partes reconhecem que os níveis acadêmicos e de pesquisa estabelecidos por cada uma delas deverão ser mantidos em todo momento, e que a relação entre as partes não limitadas a execução desses níveis.

13. Las partes reconocen que los niveles académicos y de investigación establecidos por cada una de ellas deberán mantenerse en todo momento y que la relación entre las partes no limitarán la consecución de esos niveles.

14. As unidades administrativas que são mencionadas a seguir são as encarregadas de gerir administrativamente o desenvolvimento e coordenação das atividades específicas contempladas neste Convênio Marco.

14. Las unidades administrativas que se mencionan a continuación son las encargadas de gestionar administrativamente el desarrollo y la coordinación de las actividades específicas contempladas en este Convenio Marco.





### **Pela Universidad de Cantabria:**

Escritório de Relações Internacionais  
Edifício da Facultad de C.C. Económicas y  
Empresariales  
Avda. de los Castros s/n 39005 Santander

### **Pela Universidade Federal da Santa María**

Assessoria para Assuntos Internacionais  
Prédio da Reitoria  
Av. Roraima nº 1000 – Santa María

15. As partes se consultarão mutuamente e tentarão resolver informalmente as disputas ou equívocos que possam surgir na administração deste Convênio Marco. No caso das tentativas internas de resolução não obterem êxito, as partes acordam que qualquer demanda formal em relação a este Acordo contra a Universidad de Cantabria, seus oficiais, agentes e empregados será interposta nos juzados de Santander e a legislação aplicável será a da Espanha e qualquer demanda formal contra a Universidade Federal de Santa María será interposta no Foro da Justiça Federal de Santa Maria e a legislação aplicável será a do Brasil. O Convênio Marco será interpretado em relação com a lei de julgamento onde se realizem os procedimentos.
16. Este acordo está redigido em condições de igualdade em português e espanhol e entrará em vigor a partir da data de assinatura das partes.
17. Este Acordo de Cooperação poderá ser modificado mediante de documento escrito assinado pelas partes que expressando tal intenção.
18. Este Acordo de Cooperação não obriga legal ou financeiramente nenhuma das duas universidades. Seu objetivo é promover relações de mútuo benéfico para cada instituição, entendendo que este é o principal propósito da colaboração universitária.

### **Por la Universidad de Cantabria**

Oficina de Relaciones Internacionales  
Edificio de la Facultad de C.C. Económicas y  
Empresariales  
Avda. de los Castros s/n 39005 Santander

### **Por la Universidad Federal de Santa María**

Assessoria para Assuntos Internacionais  
Prédio da Reitoria  
Av. Roraima nº 1000 – Santa María

15. Las partes se consultarán mutuamente e intentarán resolver informalmente las disputas o malos entendidos que puedan surgir en la administración de este Convenio Marco. En el caso de que los intentos internos de resolución no tuvieran éxito, las partes acuerdan que cualquier demanda formal en relación a este Acuerdo contra la Universidad de Cantabria, sus oficiales, agentes y empleados será interpuesta en los juzgados de Santander y la legislación aplicable será la de España y cualquier demanda formal contra la Universidad Federal de Santa María será interpuesta en el Foro de Justicia Federal de Santa María y la legislación aplicable será la de Brasil. El Convenio Marco será interpretado en relación con la ley del juzgado donde se realizan los procedimientos.
16. Este acuerdo está redactado en condiciones de igualdad en portugués y español y entrará en vigor a la firma de las partes.
17. Este Acuerdo de Cooperación podrá ser modificado mediante un documento escrito firmado por las partes expresando tal intención.
18. Este Acuerdo de Cooperación no obliga legal o financieramente a ninguna de las dos universidades. Su objetivo es promover relaciones mutuamente beneficiosas para cada institución, entendiendo que este es el principal propósito de la colaboración universitaria.

3



Assinado pelas partes como um Acordo de  
Cooperação.

Firmado por las partes como un Acuerdo de  
Cooperación.



**Paulo Alonso Burman**  
Reitor  
Universidade Federal de Santa Maria

Date: 26 / 06 / 2019



**Ángel Pazos Carro**  
Rector  
Universidad de Cantabria

Fecha: 23 / 05 / 2018